

**Procedimento concursal comum para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para a ocupação de 1 (um) posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, cuja área atividade é um técnico superior, com formação em Educação Emocional.**

### **TÉCNICO SUPERIOR**

#### **ATA N.º 2**

(APRECIÇÃO DAS CANDIDATURAS)

Aos vinte e dois do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, nos Paços do Concelho, em Macedo de Cavaleiros, o júri do procedimento concursal reuniu para deliberar quanto à admissão das candidaturas que, em tempo útil, foram formalizadas. -----

O júri do procedimento concursal que interveio neste ato é composto por: -----

Presidente: Cristina Paula Couraceiro Brinço, Chefe da Divisão de Conhecimento e Desenvolvimento Social; -----

Vogais: 1.º vogal efetivo, João dos Santos Rodrigues Martins, Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa, 2.º vogal efetivo, Maria Emília Pereira da Costa Palhau, Técnica Superior. --

Formalizaram candidatura, as seguintes candidatas: -----

- Cláudia Marina dos Santos Pinto -----

- Elisa Marisa Baptista Carvalho -----

- Joana Raquel Ochoa Fernandes -----

- Maria Carolina Veigas Carvalho -----

- Mónica Raquel Caseiro Fernandes -----

- Orlanda Maria Rodrigues Vila Franca de Moraes -----

- Sara Margarida Barbosa Freitas -----

- Tânia Maria Leitão Ramos -----

Analisadas as candidaturas apresentadas por cada candidata e tendo presente as regras vertidas no Aviso do concurso e legislação aplicável, o júri faz a seguinte apreciação: -----

1. Porque a candidatura foi apresentada em tempo útil; porque se encontra instruída com toda a documentação exigível e, ainda, porque a candidata preenche os requisitos gerais e habilitacionais definidos nos pontos 9.1, 10 e 10.1 do Aviso, o júri, por unanimidade, delibera admitir a seguinte candidata: -----

- Orlanda Maria Rodrigues Vila Franca de Moraes -----

2. Pelos fundamentos a seguir expressos, o júri, por unanimidade, delibera excluir os seguintes candidatos: -----

- Cláudia Maria dos Santos Pinto: nos termos do ponto 10.1 do Aviso e por força do disposto no artigo 20.º, n.º 1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por não comprovar o preenchimento do requisito de formação profissional exigível. É exigível formação profissional em Educação Profissional. -----

- Maria Carolina Veigas Carvalho: nos termos do ponto 10.1 do Aviso e por força do disposto no artigo 20.º, n.º 1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por não comprovar o preenchimento do requisito de formação profissional exigível. É exigível formação profissional em Educação Emocional. -----

- Mónica Raquel Caseiro Fernandes: nos termos do ponto 10.1 do Aviso e por força do disposto no artigo 20.º, n.º 1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por não comprovar o preenchimento do requisito de formação profissional exigível. É exigível formação profissional em Educação Emocional. -----

- Sara Margarida Barbosa Freitas: nos termos do ponto 10.1 do Aviso e por força do disposto no artigo 20.º, n.º 1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por não comprovar o preenchimento do requisito de formação profissional exigível. É exigível formação profissional em Educação Emocional. -----

- Elisa Marisa Baptista Carvalho: nos termos do ponto 10.1 do Aviso e por força do disposto no artigo 20.º, n.º 1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por não comprovar o preenchimento do requisito de formação profissional exigível. É exigível formação profissional em Educação Emocional. -----

- Joana Raquel Ochoa: nos termos do ponto 10.1 do Aviso e por força do disposto no artigo 20.º, n.º 1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por não comprovar o preenchimento do requisito de formação profissional exigível. É exigível formação profissional em Educação Emocional. -----



- Tânia Maria Leitão Ramos: nos termos do ponto 10.1 do Aviso e por força do disposto no artigo 20.º, n.º 1 da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, por não comprovar o preenchimento do requisito de formação profissional exigível. É exigível formação profissional em Educação Emocional. -----

Concluída a apreciação das candidaturas, o júri, por unanimidade, delibera ainda: -----

a) Nos termos do ponto 18 do Aviso, promover a audiência prévia dos candidatos excluídos, dando-lhe, nos termos do artigo 23.º, n.º 1 da Portaria citada, o prazo de dez dias úteis para, querendo, se pronunciarem, juntando-se cópia da presente ata. -----

b) Dar conhecimento da decisão de admissão aos candidatos admitidos. -----

c) Como resulta das regras vertidas no Aviso, as notificações a efetuar aos candidatos são feitas na forma indicada por cada candidato no ponto 9 do formulário de candidatura. -----

Nada mais havendo a tratar, o presidente do júri deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata, a qual vai ser assinada pelos que nela intervieram. -----

#### O Júri

Presidente

Vogal

Vogal



Cristina Paula Couraceiro Brinço



João dos Santos Rodrigues  
Martins



Maria Emília Pereira da Costa  
Palhau